



DOI:10.12957/transversos.2019.41857

**RUMO À CIDADE.
DESLOCAMENTO FORÇADO E URBANIZAÇÃO EM ANGOLA**

Pedro Figueiredo Neto

Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

pedrofneto@ics.ulisboa.pt

Resumo

A história recente de Angola evidencia a relação entre conflito, deslocamento forçado e urbanização. No entanto, o tipo de urbanização vivido no país, não significou necessariamente o acesso a melhores condições de vida e oportunidades económicas, o acesso a infraestruturas básicas ou o direito à cidade. Ao traçar uma espiral histórica sobre o crescimento urbano em Angola – ou sobre a redistribuição de populações de zonas rurais para aglomerados urbanos –, durante o longo conflito (1961-2002) até ao presente, procurar-se-á analisar os motivos por detrás de tal processo, atendendo às

conotações e concepções associadas à cidade.

Abstract

Angola's recent history shows the close relation between conflict, forced displacement and urbanization. However, the process of urbanization lived in the country did not necessarily mean the access to better living conditions or economic opportunities, the access to basic infrastructures or the right to the city. Based in a brief historical analysis of urbanization in Angola -- that is, essentially the reorganization of populations from rural areas to urban settlements – from and during the endless conflict (1961-2002) to the present, this paper will

examine the reasons behind urban growth as well as conceptions and connotations attached to the idea of city.

Palavras-chave: Angola, África, urbanização, deslocamento forçado, migração

A história da humanidade apresenta inúmeros exemplos de como migração – forçada ou não – e urbanização são produtos complementares. Complexas circunstâncias socioeconômicas, tensões políticas, violência e conflitos armados, catástrofes naturais e desequilíbrios ecológicos, entre tantos outros factores inter-relacionados, encontram-se na origem de uma série de fluxos migratórios. Fluxos migratórios que levam à criação de novos aglomerados urbanos ou que acabam por ampliar os já existentes.¹ Hoje em dia, estima-se que mais de metade da população mundial viva em cidades, um facto facilmente apreendido e explicável ao olhar para o caso angolano. Embora tal não constitua um exemplo singular², facto é que a história recente de Angola demonstra bem a relação entre conflito, deslocamento forçado e urbanização, evidenciando também as conotações sociopolíticas e concepções espaciais relacionadas com o contexto urbano.

Após cerca de cinco séculos de presença portuguesa, os territórios que hoje configuram Angola viveram um longo e complexo conflito: entre 1961 e 1974, com a luta pela libertação, em que os partidos nacionalistas – MPLA, FNLA e UNITA³ –, não

¹ De acordo com o UNHCR estima-se que, à escala global, cerca de 60% dos refugiados e cerca de 80% dos deslocados internos (ou IDPs) vivam em cidades (<http://www.unhcr.org/urban-refugees.html>)

² Ver, por exemplo, de Geoffroy (2014) a propósito do Sudão, Pécaut (2000) e Agier (2011:63) sobre a Colômbia.

³ No conflito Angolano destacam-se três partidos principais: o FNLA (Frente Nacional pela Libertação de Angola), inicialmente denominado UPA (União das Populações de Angola), o MPLA (Movimento Popular pela Libertação de Angola) e a UNITA (União Nacional pela Independência Total de Angola). Após a independência o FNLA viria a apoiar a UNITA, perdendo expressão nos anos seguintes. Os partidos políticos estavam de certa maneira associados a grupos etno-língüísticos e regionais, representando cerca de 75% do total da população angolana e encontravam-se onde a presença colonial era mais forte. Assim, a UNITA representava o grupo Ovimbundu (35-37%) no Planalto Central; o MPLA congregava as elites históricas de Afro-Portugueses e o grupo Mbundu (20-25%) que vivia na capital, Luanda, e ao longo do rio Kwanza estendendo-se até Malanje;

só combatiam o poder colonial como também entre si; desde a independência, alcançada em 1975, até finais da década de 1980, em que o país foi palco de uma guerra por procuração, com a interferência dos dois blocos da Guerra Fria (de um lado a URSS e Cuba que apoiavam o MPLA, enquanto que os Estados Unidos e a África do Sul apoiavam a UNITA); e, a partir do final dos anos de 1980 até 2002, data em que é assassinado o histórico líder da UNITA, Jonas Savimbi, Angola atravessa uma guerra civil motivada pelo controlo territorial, alimentada pelo desenvolvimento do tráfico de armas internacional, bem como pelo acesso a recursos naturais, nomeadamente petróleo e diamantes. A interminável guerra passou uma factura pesada: a destruição substancial das infraestruturas do país, vastos territórios minados, cerca de um milhão de mortos, mais de meio milhão de angolanos exilados, e cerca de quatro milhões de deslocados internos (IDP's – *Internally Displaced People*)⁴.

Durante as várias fases da guerra, em que os confrontos entre guerrilhas ocorriam sobretudo no “mato”, verificou-se uma afluência populacional para aglomerados urbanos, acelerando a urbanização e contribuindo para a fragmentação da sociedade de acordo com o contexto que habitavam.

O processo de urbanização em Angola, com as suas causas e consequências sociais e políticas, apresenta uma série de peculiaridades que merecem atenção. Como se revelará evidente, a “urbanização” nem sempre for motivada por, nem significou necessariamente o acesso a, melhores condições de vida e oportunidades económicas, ou o acesso a infraestruturas básicas. A breve espiral histórica relativa à urbanização em Angola que se apresenta de seguida terá também uma componente mais antropológica e demográfica, isto é, analisando a redistribuição de populações de zonas rurais para aglomerados urbanos por motivos de vária ordem e atendendo às respectivas conotações e concepções sociais, políticas e espaciais de tais contextos.

e, finalmente, o FNLA que representava o grupo Bakongo (13-15%) mais a norte, nomeadamente nas regiões de Malanje e Cabinda (Messiant 1994).

⁴ Os números variam de acordo com a fonte, ver UNHCR (2002) ou Tvedten (1997).

disparando durante as longas guerras no país, e mantendo a tendência no presente.⁵ Se no final do século XIX, Luanda e Benguela (fundadas respectivamente em 1576 e 1617) eram as únicas cidades de Angola, em 1940 existiam oito, dezasseis em 1960 e mais de vinte em 1970. Durante igual período, também o número de aglomerados intermédios aumentara substancialmente, aldeias e vilas subiram à categoria de cidade (Amaral 1978:44), a urbanização verificava-se um pouco por toda a superfície angolana (Fonte 2007; cf. Neto 2012). As últimas décadas de governo colonial trariam à então “província ultramarina” um desenvolvimento económico sistemático (baseado sobretudo na exploração dos recursos naturais e humanos existentes), com a respectiva ampliação da rede de estradas e caminhos de ferro. Semelhante desenvolvimento não só atraía populações da metrópole⁶, como servia para apaziguar o descontentamento local e a efectivar um melhor controlo sobre o território.

Nas cidades e aglomerados urbanos, a população “branca” desesperava por mão-de-obra local que respondesse às demandas domésticas, do comércio e serviços, da indústria, da construção e manutenção de infraestruturas. Ao mesmo tempo, as autoridades coloniais procuravam controlar a afluência de “nativos” à cidade, pois, para estes, fugir para a urbe e aí encontrar um trabalho podia evitar o regime de trabalho forçado que vigorava desde a abolição da escravatura⁷. De forma similar ao que sucedia no *apartheid* da África do Sul, somavam-se os *raids* policiais nos *musseques*⁸, capturando populações e devolvendo-as aos meios rurais, prontas para a recruta laboral forçada, deixando, simultaneamente, as oportunidades para portugueses brancos iletrados (Birmingham 2006:78). Mas a tentativa de controlo sobre os fluxos populacionais não impedia o crescimento urbano. À medida que os habitantes “africanos” chegavam à cidade, se instalavam nas franjas construindo onde fosse

⁵ Segundo o INE (2014) a percentagem de população urbana, de 62,3%, excede as previsões do UNDESA/PD (2014) e do World Bank (2013, 2015). O UNDESA/PD previa para 2050 o valor de 63,8%, sensivelmente o mesmo apurado pelo INE em 2014.

⁶ O crescimento da população branca em Angola fora evidente, passando de 9.198 em 1900, para 78.826 em 1950, ultrapassando os 290.000 a partir de 1970 (Bender 2009).

⁷ Para uma discussão sobre a abolição da escravatura, o regime de trabalho forçado, sobre o Código do Trabalho Rural e o Estatuto dos Indígenas ver Newitt (2007) ou Messiant (1994).

⁸ Do quimbundo *mu seke*, “local arenoso”. O termo *musseque* nomeia os bairros informais de Luanda, sendo frequentemente substituído pelo termo “bairro” noutras cidades e regiões de Angola.

possível, os bairros informais tornavam-se parte da paisagem urbana (Batalha 1950). A longo prazo, a mobilidade populacional nesta escala despoletaria tensões várias entre as diferentes camadas da população (Newitt 2007:64).

A hierarquização entre grupos africanos e respectiva categorização identitária colonial (“indígena”, “assimilado”, “civilizado”)⁹, a par da construção de estradas, vilas e cidades, associou, gradualmente, novos significados a ideias como “aldeia” e “mato”. O processo de urbanização simplificou e relativizou categorias sócio-espaciais pré-existentes. Gradualmente, a paisagem angolana passou de tripartida, cidade/aldeia/mato, a dual, mato/cidade (Brinkman 2005:35). De salientar que, aos olhos das populações do sudeste de Angola, a fundação de cidades não só propiciou o contexto beligerante, como alimentou a longa guerra (Brinkman 2003:211). Ao longo do tempo, e embora com diferentes características regionais, os termos e contextos do conflito em Angola fariam com que a dualidade mato-cidade se enraizasse no imaginário nacional, consolidando também a preferência pelos meios urbanos.

2 – Rumo à cidade (1961-2002)

Quando a guerra pela libertação teve início, em 1961, os confrontos entre as facções nacionalistas e o poder colonial ocorreram predominantemente em ambientes rurais. As guerrilhas procuravam controlar o maior número de populações e, por vezes recorrendo à força, faziam com que essas abandonassem as suas terras e seguissem os nacionalistas para as bases no “mato”. Assim, aos olhos dos portugueses, qualquer habitante rural era um potencial guerrilheiro nacionalista. Com efeito, o exército colonial tanto levava a cabo execuções sumárias destruindo aldeias inteiras, como deslocava e circunscrevia inúmeros indivíduos em perímetros peri-urbanos sob a mira da artilharia, eufemisticamente denominados “aldeamentos”. A quem tentasse voltar para o mato — assumindo que tencionava somar-se às guerrilhas — era esperada a pena capital. Não deixa de ser curioso, porém, pensar como o controlo no acesso à cidade, até à data orquestrado pelo poder colonial, daria lugar precisamente ao seu inverso.

⁹ Para uma discussão sobre as categorias coloniais ver por exemplo Bender (2009) ou Heywood (2000).

Mais do que uma guerra pela conquista de territórios, o conflito disputava populações (Brinkman 2005).

Em 1975, MPLA e UNITA declaravam a independência em Luanda e no Huambo respectivamente. Todavia, com a ajuda do contingente cubano, rapidamente o MPLA viria a controlar as cidades do planalto central, ao que se seguiu Benguela e Lobito. Afugentada da cidade, a UNITA implantar-se-ia em ambientes rurais, operando como uma guerrilha móvel e mantendo apenas algumas bases temporárias. Mais tarde, o partido de Jonas Savimbi viria a estabelecer a sua capital, Jamba, no extremo do Cuando-Cubango e, até aos últimos dias da contenda, continuaria a possuir bases rurais espalhadas um pouco por todo o país. O mato era o bastião da UNITA, paisagem onde se referenciava o grosso das suas fileiras.

Devido à guerra de guerrilha, as cidades estavam menos expostas à violência. A vida era definitivamente mais difícil para as populações rurais (Brinkman 2003:309, 311).

No mato, as atrocidades somavam-se e, embora o MPLA tivesse a sua quota parte de responsabilidade, a UNITA dominaria as acusações da destruição de casas e aldeias inteiras, de minar estradas, caminhos, carreiros de acesso às terras agrícolas, fazendo da agricultura, muitas vezes a única fonte de subsistência, uma tarefa impossível.

À medida que o mato se tornava um lugar cada vez mais perigoso, a população urbana crescia exponencialmente. De forma análoga à fase precedente, enquanto que as tropas do MPLA capturavam civis e os levavam para a cidade, as guerrilhas da UNITA capturavam populações e levavam-nas para o mato. O lugar de residência (in)voluntário determinava em larga medida a inclinação política.

Não surpreende, porém, que o MPLA ocupasse o lugar deixado pelos portugueses na dualidade entre mato e cidade. Com efeito, o partido tinha as suas raízes nas antigas elites crioulas de Luanda e apresentava-se como um partido multicultural e multiétnico. Acresce que as cidades albergavam populações vindas dos quatro cantos de Angola, circunstância que resultaria numa relativa e gradual “destribalização” (cf. Chabal 2007). Com efeito, a urbanidade veio a obscurecer afiliações étnicas e regionais, cenário complementado pelo uso do português como língua franca. Do outro lado da barricada, a UNITA clamava-se como o verdadeiro partido africano, tornando-se progressivamente “eticizado” e “ruralizado” (Messiant 1994).

De referir ainda que a urbanização descontrolada das cidades, sobretudo de Luanda, talvez tenha servido os propósitos de defesa do MPLA. De acordo com alguns habitantes de Luanda, os musseques que cresciam na periferia da capital, além de labirintos, constituíam verdadeiras muralhas que dificultavam qualquer tentativa da UNITA em chegar ao coração da cidade e centro político do MPLA.

A parte algumas incursões nas cidades, sobretudo durante a década de 1990, o mato e as periferias urbanas continuariam a constituir o palco principal do conflito. Estudos demográficos efectuados na viragem do século confirmavam que, tal como antes, o deslocamento interno ocorria em direcção aos meios urbanos. Ainda que frequentemente dentro da mesma região, o deslocamento populacional, e que em Angola representou um terço do total da população, era orientado para aglomerados de escala intermédia ou capitais de província. Lubango, Benguela e Luanda encontravam-se entre as localidades mais procuradas (Vines 1998; Wong et al 2001).

As cidades — de resto, tal como os campos de refugiados existentes nos países limítrofes — ressentiam-se nos picos do conflito. Com efeito, a ida para a cidade nem sempre era algo pretendido ou procurado, mas sim, fruto das circunstâncias resultantes das hostilidades.

Não há dúvidas de que a guerra acelerou a urbanização — tal como a ida para um campo de refugiados terá contribuído para a “urbanização dos espíritos” de tantos deslocados que mais tarde voltariam a Angola (Neto 2014) —, no entanto, o pós-guerra consolidaria a tendência do crescimento demográfico urbano (Tabela 2).

Tabela 1 - Distribuição da população urbana, Angola

(UNSD 2009; INE 2014)

| Província | População total | População urbana | Capital da província |
|-----------------------|-------------------|---|----------------------|
| Luanda | 6,542,944 | 97,5% | 32,2% (Luanda) |
| Moxico | 727,594 | 54,7% | 48,2% (Luena) |
| Lunda Sul | 516,077 | 77,6% | 82,1% (Saurimo) |
| Cuando Cubango | 510,369 | 56,5% | 60,1% (Menongue) |
| Huambo | 1,896,147 | 46,7% | 35,1% (Huambo) |
| Benguela | 2,036,662 | 62,8% | 25,2% (Benguela) |
| Huíla | 2,354,398 | 33,2% | 31,1% (Lubango) |
| (...) | | | |
| Angola | 24,383,301 | 62,3% (dos quais cerca de 65% a viver em bairros informais) | — |

Tabela 2 - Crescimento da população, Angola

(Bender 2009; INE 2014; UNDESA/PD 2014, 2015; WB 2015)

| | 1940 | 1950 | 1960 | 1970 | 1990 | 2000 | 2014 | 2050 |
|----------------------|--------|---------|---------|-----------|------------|------------|-------------------|------------|
| Luanda | 61,208 | 137,000 | 189,500 | 475,328 | 1,567,937 | | 2,107,648 | |
| Grande Luanda | | | | | | | 6,542,944 | 14,300,000 |
| Angola | | | | 5,600,000 | 10,333,844 | 13,924,930 | 24,383,301 | 65,000,000 |

3 - A cidade em tempos de paz

Desde o advento da paz, em 2002, que o ritmo de afluência às cidades não se alterou significativamente. Além de novas populações oriundas de meios rurais, que se veem expropriadas ou cujos direitos sobre a terra não são reconhecidos (Foley 2007), segundo o UNHCR-SADP, a “falta de monitorização e apoio governamental” significou que também antigas populações de refugiados que “regressaram” ao país preferissem as cidades (UNHCR-SADP 2008:39; cf. Vines&Weimer 2011). Embora aparentemente válido de um ponto de vista institucional, tal argumento carece de espessura antropológica. Apesar de um reforçado controlo estatal sobre as últimas vagas de repatriados e incentivo à fixação nos seus lugares de origem, tal não impediu que semelhantes populações continuassem a sua busca por melhores horizontes. De qualquer modo, para muitos “regressados”, e ao contrário do que sucedia em campos de refugiados, viver na “cidade” em Angola não seria garante do mais básico acesso à saúde ou à educação (Neto 2014).

Não há dúvida de que o longo período colonial, a par da guerra pela libertação, cimentaram a divisão entre populações rurais e urbanas (de resto, um facto sobejamente reflectido nos procedimentos e ontologia coloniais que monitorizavam o acesso às cidades e dividiram a população entre “indígenas” e “civilizados”). No pós-independência, tal dualidade ganharia características politico-ideológicas profundas: o MPLA seria retratado como elitista, urbano, moderno, ocidentalizado, e a UNITA como rural, tradicional, “africana” nos seus modos e costumes. Numa “guerra de palavras e sentidos” (Messiant 1994:159) ideias como mato e cidade enraizaram-se paulatinamente entre a paisagem sociopolítica angolana. Todavia, e ainda que semelhante construção permaneça latente, outros motivos justificam a preferência pelos meios urbanos.

Na vida quotidiana em Angola compreende-se que não existe uma clara separação entre os supostos correspondentes de “modernidade”¹⁰ e “tradição”. Cidade e modernidade não são necessariamente sinónimos e estão longe de constituir categorias imutáveis ou estanques entre si. A realidade africana é bem mais complexa

¹⁰ O conceito de “modernidade”, apropriado de diferentes formas consoante a disciplina e o instante histórico, constitui um conceito profundamente vago, analiticamente escorregadio e que, por vezes, apresenta mesmo significados contraditórios. Neste caso, o uso do termo está associado a certos aspectos relacionados com a urbanização, retendo a proposta de Ferguson: deixar permear as várias ideias de modernidade nas suas várias acepções, sobretudo as populares (cf. 1999:17).

(cf. Mbembe & Nuttal 2004). Sabe-se que a vida nos musseques de Luanda integra, de forma estratégica, elementos tradicionais de forma recorrente e cujos limites são difíceis de identificar (Rodrigues 2005:57; cf. Ferguson 1999), sendo que o retorno ao “mato” não se encontra jamais excluído do horizonte perante as dificuldades da vida na urbe. Mas as dualidades e respectivos significados desmultiplicam-se. Sandra Roque (2009), com base no seu estudo sobre “ideias de urbanidade” em Benguela, adiciona também os conceitos de “avanço” e “atraso”. Aos olhos das populações locais a cidade encerra uma dupla vontade de desenvolvimento: “(...) it signifies both access to a materially easier life (material development) and to ways of life perceived as being of ‘superior condition’, that is, as *avançados* (advanced, developed).” Nesse sentido a cidade encerra também uma forma de desenvolvimento ontológico: “*cidade* is not only the place where it is possible to live a proper material life, but it is also the place where one becomes a proper person” (Roque 2009:19).

Além disso, a cidade oferece também um anonimato fundamental a certos grupos “marginalizados” que, em meio urbano, anseiam (re)construir e melhorar a sua vida. O caso do grupo Ovimbundu, historicamente conotado com a UNITA, é disso exemplo. A imensidão de cidades como Luanda permite, em certa medida e de modo mais ou menos eficaz, diluir categorias étnicas, regionais e políticas. O estigma associado ao retorno, “dos refugiados que fugiram e não lutaram pelo país”, é outra face deste fenómeno. Com efeito, a cidade permite contornar a “identificação” ou a fixação de uma determinada identidade, a cidade permite um certo anonimato, uma oscilação entre identificações e/ou identidades mais oportunas (cf. Malkki 1995a:153). No caso dos regressados, acresce que apenas em cidades é possível valorizar determinadas competências profissionais adquiridas durante o exílio — embora não sem antes passar por um atribulado processo de reconhecimento escolar e profissional (HRW 2005:15). A urbe manifesta-se como lugar onde determinadas ambições têm maior hipótese de se concretizarem, sobretudo quando a agricultura já não é atractiva. Assim, mais do que relacionada com a dimensão política, a cidade em tempos de paz seria imaginada e concebida como um contexto propício à mobilidade social vertical e horizontal. No entanto, importa pensar se a cidade continua a desempenhar um papel central nas várias estratégias de vida, por sua vez guiadas pela procura de contextos que admitam novas possibilidades interconectadas.

Conclusão

Sabemos que as cidades constituem pólos de atracção dinâmicos, extremamente eficientes sob vários pontos de vista. A proximidade populacional facilita o desenvolvimento de infraestruturas essenciais, o acesso à saúde e à educação e outros serviços sociais; fomenta economias de escala e sinergias, como estimula a oferta e produção cultural. Alegadamente, a urbanização ajuda também a reduzir a pobreza extrema.¹¹ Porém, o crescimento populacional acentuado, não controlado, pode provocar uma série de problemas graves, desde a escassez de habitação e a produção de bairros informais, à inexistência de saneamento básico, à poluição e degradação do ambiente local, ao desajustamento do sistema viário, ao mesmo tempo que propicia conflitos sociais de vária ordem. A cidade concentra e representa “todos os sucessos e falhas da humanidade” (Reader 2004:1), e o caso angolano talvez seja disso emblemático.

Não restam dúvidas de que deslocamento forçado vivido durante as várias fases da guerra acelerou o processo de urbanização. Ao longo do tempo, as cidades angolanas viram apenas uma série de conotações e concepções sociopolíticas, tornando-se lugares de refúgio ou de desterro, e/ou constituindo pontos estratégico na senda de melhores oportunidades e condições de vida. Facto está que os contextos urbanos continuam em franco crescimento no presente e que o respectivo significado permanece em contínua mutação.

Dados recentes do Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE), fruto do primeiro censo completo desde a independência, informam que a taxa de crescimento demográfico anual na província de Luanda situa-se entre os 12 e os 20% (um crescimento quase equivalente no Huambo, Benguela, Lobito e Lubango), e que a idade média da população no país ronda os 20 anos. A mesma fonte informa que 62,3% da população angolana reside em aglomerados urbanos (INE 2014; cf. Tabela 1). Tais

¹¹ “Urbanization is helping power people out of extreme poverty and assist delivering on the MDGs, says report” *World Bank* (2013), disponível em <http://www.worldbank.org/en/news/feature/2013/04/16/urbanization-is-helping-power-people-out-of-extreme-poverty-and-assist-delivering-on-the-MDGs-says-report>

números colocam o país acima da média do continente que conta com uma taxa de desenvolvimento urbano de 37% (WB 2013). Contudo, cerca de 65% da população urbana continua a viver em bairros informais sem as mais básicas infraestruturas, e cerca de um terço do país vive abaixo do “limiar da pobreza” (UNSD 2009). Uma tal conjuntura explosiva maximiza os riscos de contestação e arrisca, a qualquer momento, comprometer a frágil estabilidade do país (Vines & Weimer 2011), estimulando a reflexão sobre se as cidades permanecerão atrativas e de que modo.

Se em Angola os meios urbanos ainda se afiguram como lugares que oferecem melhores possibilidades, a verdade é que ninguém pode assegurar que assim continuem a ser encarados. A insegurança experienciada em solo urbano, a crescente hostilidade demonstrada pelas autoridades face aos residentes urbanos — com demolições arbitrárias¹², maus tratos a vendedoras ambulantes¹³ entre outros casos — são apenas alguns dos elementos que colocam em causa a esperança depositada no potencial da polis. Se é verdade que deslocamento forçado e urbanização são frequentemente fenómenos complementares, o caso angolano dá conta de como urbanização e direito à cidade estão longe de também o ser.

Bibliografia

Agier, Michel. 2011. *Managing the undesirables: Refugee camps and Humanitarian Government*, Cambridge: Polity, pp. 63-70

Amaral, Ilídio 1975. *Contribuição para o conhecimento da urbanização em Angola*, Separata de Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia: Lisboa 13(25)

Batalha, Fernando 1950. *A urbanização de Angola*, Luanda: Edição do Museu de Angola

¹² HRW (2007) “ ‘Eles Partiram as Casas.’ Desocupações Forçadas e Insegurança da Posse da Terra para os Pobres da Cidade de Luanda”, ou: Coque Mukuta, *Voz da América* (10 de Maio 2015) “SOS-Habitat alerta que Governo prevê novas demolições em Luanda” disponível em <http://www.voaportugues.com/content/sos-habitat-alerta-que-governo-preve-novas-demolicoes-em-luanda/2630479.html>

¹³ Governador de Luanda reúne-se com “zungueiras” (vendedoras de rua), *Angonotícias* (13 Março 2014), disponível em <http://www.angonoticias.com/Artigos/item/41860/governador-de-luanda-reune-se-com-zungueiras>

- Bender, Gerald J.** 2009 [1978]. *Angola sob domínio português: Mito e realidade*, Luanda: Editorial Nzila
- Birmingham, David** 2006. *Empire in Africa: Angola and its neighbors*, Athens: Ohio University Press
- Brinkman, Inge** 2003. “War and Identity: two case-studies”, *Lusotopie* 2003, pp. 195-221
- 2005 'A war for people'. *Civilians, mobility, and legitimacy in south-east Angola during the MPLA's war for independence*, Colónia: Verlag
- Chabal, Patrick** 2007, “E Pluribus Unum: Transitions in Angola” in Chabal & Vidal (eds), *Angola: The Weight of History*, London: Hurst, pp. 1-18
- Ferguson, James** 1999 *Expectations of Modernity: Myths and Meanings of Urban Life on the Zambian Copperbelt*, Berkeley/Los Angeles/London: University of California Press
- Fonte, Maria Manuela** 2007. *Urbanismo e Arquitectura em Angola - de Norton de Matos à Revolução*. Tese de Doutoramento, Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitectura
- Foley, Conor** 2007. “Land rights in Angola: poverty and plenty”, *Humanitarian Policy Group Working Paper, Overseas Development Institute*, Disponível em <http://www.odi.org/sites/odi.org.uk/files/odi-assets/publications-opinion-files/4170.pdf>
- de Geoffroy, Agnès** 2014. “Khartoum (Soudan): Le sort des déplacés et la transformation des camps après l’indépendance du Soudan su Sud”, in Agier, M. (eds.) *Un Monde de Camps*, Paris: La Découverte, pp. 255-267
- Malkki, Liisa. H.** 1995. *Purity and Exile: Violence, Memory and National Cosmology Among Hutu Refugee in Tanzania* (Chicago: Chicago University Press, 1995)
- Messiant, Christine** 1994. “Angola, les voies de l’ethnisation et de la décomposition. I. De la guerre à la paix (1975-1991). Le conflit armé, les interventions internationales et le peuple angolais”, *Lusotopie* I (1-2), pp. 155-212

- Neto**, Maria da Conceição 2012. *In Town and Out of Town: A Social History of Huambo (Angola), 1902 - 1961*. PhD Thesis, SOAS, University of London
- Neto**, Pedro Figueiredo. 2014. “Meheba (Zambie): Le Camp et la Question du Retour des Réfugiés Angolais”, in *Un Monde de Camps* (Agier, M. ed.), 61–72. Paris: La Découverte
- Newitt**, Malyn 2007. “Angola in Historical Context”, in *Angola: The Weight of History*, edited by Chabal, P. & Vidal, N., pp. 19-92, London: Hurst
- Mbembe, A. & Nuttall, S.** 2004 “Writing the World from an African Metropolis”, *Public Culture*, 16(3)347-372
- Pécaut**, Daniel 2000. “The Loss of Rights, the Meaning of Experience, and Social Connection: A Consideration of the Internally Displaced in Colombia”, *International Journal of Politics, Culture and Society*, 14(1), pp. 89-105
- Reader**, John 2004, *Cities*, Londres: William Heinemann
- Rodrigues**, Cristina U. 2006. *O Trabalho Dignifica o Homem: estratégias de sobrevivência em Luanda*. Lisboa: Colibri.
- Roque**, Sandra 2009. *Ambitions of cidade: war-displacement and concepts of the urban among bairro residents in Benguela, Angola*, PhD Thesis, não publicada, University of Cape Town
- Vines**, Alex 1998. “Angola.” in *Internally Displaced People. A Global Survey*, edited by Hampton, J., 89–94. Earthscan: London
- Vines**, A. & **Weimer**, M. 2011. *Angola: Assessing Risks to Stability*, Center For Strategic & International Studies, Washington disponível em https://csis.org/files/publication/110623_Vines_Angola_Web.pdf (DATA)
- Wong**, L.R., **Ribeiro**, J. T., & **Barber-Madden**, R. 2001. “Demographic Dynamic of War refugees and displaced population: Angola (1999/2000)”. Paper apresentado na *14th General Population Conference* (International Union for the Scientific Study of Population [IUSSP], Salvador, Brazil, Agosto 18-24, disponível http://www.archive-iussp.org/Brazil2001/s20/S25_04_Wong.pdf
- Heywood**, Linda M. 2000. *Contested Power in Angola, 1840s to the Present*. Rochester, NY: University of Rochester Press
- HRW** - Human Rights Watch, 2003. “Struggling through peace: Return and

Resettlement in Angola”, 15 (16)A 2007. “Eles Partiram as Casas” Desocupações Forçadas e Insegurança da Posse da Terra para os Pobres da Cidade de Luanda”, disponível em http://www.hrw.org/sites/default/files/reports/angola0507ptwebwcover_0.pdf

INE - Instituto Nacional de Estatística de Angola, 2014. “Resultados Preliminares do Recenseamento Geral da População e Habitação, disponível em <http://censo.ine.gov.ao/xportal/xmain?xpid=censo2014>

UNHCR 2002. “Angola” in *UNHCR Global Report 2002*, pp. 246-252, disponível em <http://www.unhcr.org/3edf4fc40.html>

UNHCR-SADP 2008, Avaliação do Programa de Reintegração de Refugiados do ACNUR em Angola, disponível em <http://www.unhcr.org/4978881f2.pdf>

UNSD - United Nations Statistics Division 2009. “Slum population as percentage of urban”, disponível em <https://data.un.org/Data.aspx?d=MDG&f=seriesRowID%3A710>

UNDESA/PD - United Nations, Department of Economic and Social Affairs/Population Division 2015. *World Urbanization Prospects - The 2015 Revision*, disponível em http://esa.un.org/unpd/wpp/Publications/Files/Key_Findings_WPP_2015.pdf 2014. *World Urbanization Prospects - The 2014 Revision* disponível em <http://esa.un.org/unpd/wup/Highlights/WUP2014-Highlights.pdf>

WB - World Bank 2015. “Angola - World DataBank/World Development Indicators”, disponível em <http://databank.worldbank.org/data//reports.aspx?source=2&country=AGO&series=&period=>

-- 2013. “Urban Development Index: Angola” disponível em <http://data.worldbank.org/topic/urban-development>

Pedro Figueiredo Neto: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

Como citar este artigo:

Neto, Pedro Figueiredo; Rumo à cidade. deslocamento forçado e urbanização em Angola. In REVISTA TRANSVERSOS. "Dossiê: REFLEXÕES SOBRE E DE ANGOLA - INSCREVENDO SABERES E PENSAMENTOS". N° 15, Abril, 2019, pp.299-314 Disponível em <<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/transversos/index>>. ISSN 2179-7528. DOI:10.12957/transversos.2019.41857.